



DIÁRIO CENTRAL

GOIÂNIA - GO | Nº 322
SEGUNDA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2018
WWW.DIARIOCENTRAL.COM.BR



AÇO AUMENTO

Exportações de aço do Brasil para os Estados Unidos sobem após tarifa

MUNDO | 8

Divulgação

VACINAS

MAIS DE 364 MIL CRIANÇAS DEVEM SER VACINADAS EM GOIÁS

Devem ser imunizadas crianças de 1 até 4 anos, 11 meses e 29 dias contra pólio e sarampo



CIDADES | 5

INVESTIGAÇÃO

“TUDO SOBRE TODOS”

MP investiga site que vende CPF, endereço e outros dados pessoais

POLÍTICA | 2

OBRAS

CRISE ECONÔMICA

Estudo da CNI mostra que 2,7 mil obras estão paradas no Brasil

ECONOMIA | 4



DISCIPLINA COPA DO MUNDO

Fifa informa que nenhum jogador foi flagrado no antidoping

ESPORTE | 12

Fifa

INVESTIGAÇÃO

MP investiga site que vende CPF, endereço e outros dados pessoais

O site “Tudo Sobre Todos” já chegou a ser retirado do ar, mas opera hoje por meio de um domínio hospedado na Suécia

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) abriu inquérito para investigar um site que vende dados pessoais de cidadãos brasileiros, como nome, endereço, CPF e até mesmo nome de vizinhos, segundo o órgão.

O site “Tudo Sobre Todos” já chegou a ser retirado do ar, mas opera hoje por meio de um domínio hospedado na Suécia.

A página cobra cerca de R\$ 30 por consulta. A quantia pode ser paga por meio de créditos adquiridos na plataforma Mercado Livre, que foi notificada nesta semana pelo MPDFT para tirar o perfil do ar e fornecer informações sobre a conta.

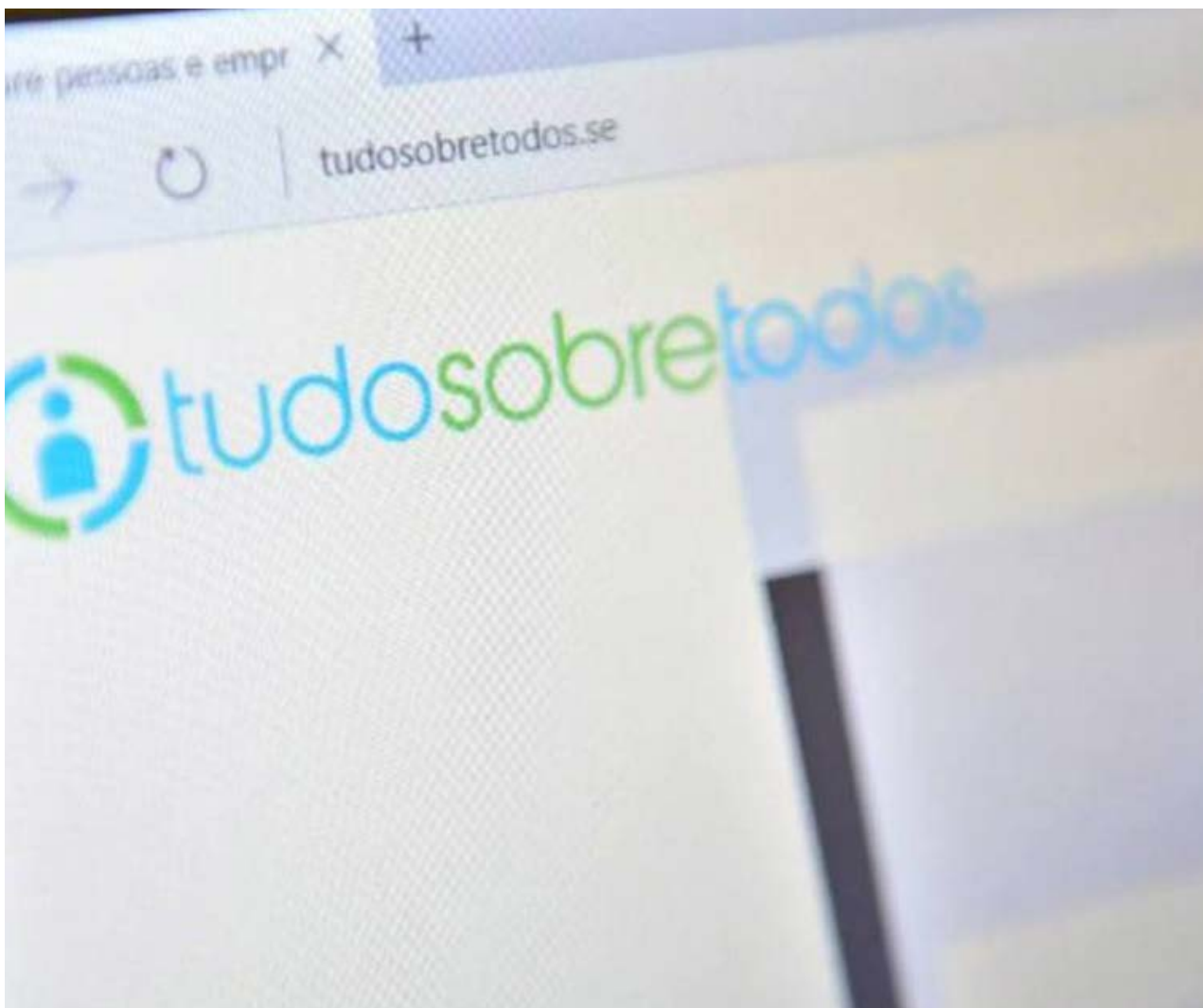
Buscadores como Google,

Bing e Yahoo! também foram oficiados para que removam o “Tudo sobre Todos” de seus resultados de busca.

O Mercado Livre informou que ainda não foi notificada oficialmente e que está à disposição das autoridades para qualquer esclarecimento.

Na terça-feira (10), o plenário do Senado aprovou o projeto de lei sobre proteção de dados pessoais, que já havia passado pela Câmara. O projeto segue agora para sanção do presidente Michel Temer.

O projeto disciplina a proteção dos dados pessoais no Brasil e define as situações em que eles podem ser coletados e tratados tanto por empresas quanto pelo Poder Público.



INFORMAÇÃO

TCM dá 30 dias para Crivella informar medidas contra déficit no Rio

O Tribunal de Contas do Município do Rio (TCMRJ), em sessão tumultuada, realizada na quinta-feira (12), adiou a apreciação definitiva das contas do prefeito Marcelo Crivella, relativas a 2017, e abriu prazo de 30 dias para que o município apresente informações sobre as medidas que deveria ter to-

mado, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para contornar o déficit orçamentário, que somou R\$ 1,6 bilhão ao final do ano passado.

O voto do relator, conselheiro Nestor Rocha, proferido na sessão especial de quinta-feira (12), destacou que, “apesar dos reiterados alertas sobre a necessidade de que fos-

sem promovidas ações e procedimentos, visando a adequar a despesa a uma receita em persistente processo de queda, não se pode verificar quais foram as medidas efetivas para conter o quadro degenerativo das contas municipais”.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que, ao final

de um bimestre, caso se verifique que a receita não permitiu o cumprimento das metas fiscais, um ato deverá ser promovido para limitar empenho e movimentação financeira, nos 30 dias subsequentes. Segundo o relatório do tribunal, o ato de contenção de despesas só ocorreu em setembro daquele ano,

mesmo que, já desde o primeiro bimestre, fossem constatadas insuficiências sucessivas.

Segundo a LRF, “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”.

A decisão de abrir prazo e garantir o contraditório e a ampla defesa foi acolhida pelos demais conselheiros presentes à sessão. A mesma medida, como lembrado na reunião, foi tomada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao apreciar as contas da presidente Dilma Rousseff relativas a 2014.

ORÇAMENTO

Congresso aprova diretrizes orçamentárias para 2019

Dispositivo que proibia reajuste salarial de servidores foi retirado

O Congresso Nacional aprovou na madrugada de quinta-feira (12) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. A matéria segue para sanção presidencial. A conclusão da votação permite que deputados e senadores estejam liberados para o recesso parlamentar, que vai de 18 julho até 1º de agosto. Após a mobilização de várias categorias de servidores públicos, foi retirado do texto o dispositivo que proibia a concessão de reajustes ao funcionalismo e a criação de cargos no serviço público federal em 2019. Até mesmo as medidas que teriam efeito a partir de 2020 estavam suspensas.

A mudança no texto não prevê esses reajustes, mas garante a possibilidade que eles possam ser concedidos nos próximos anos. Para que fosse retirado da LDO, vários partidos governistas mudaram o entendimento e votaram a favor da exclusão do trecho.

Segundo o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), suspender o reajuste e impedir as contratações de servidores é uma discussão inadequada para o fim de uma gestão e deve ser decidido pela equipe econômica do próximo presidente da República. “É um debate que a sociedade brasileira ainda não



Alex Ferreira

fez, que é exatamente o debate que nós faremos no período eleitoral”, argumentou o parlamentar, ao propor a retirada do dispositivo.

Por outro lado, o senador Dalirio Beber, relator da proposta na Comissão Mista de Orçamento (CMO) argumentou que o dispositivo pretendia impedir que o governante eleito tivesse de arcar com compromissos firmados na gestão anterior. “Não conhecemos quem será o próximo presidente da República, mas conhecemos o grau de dificuldades que ele terá de enfrentar, e esse ponto visa a minimizar o tamanho dos problemas que o governo terá”, defendeu.

Também foi rejeitado o trecho que previa corte de 5% no custeio administrativo para 2019, composto

por despesas do dia a dia do governo, como água, luz, telefone, aluguéis e diárias. O percentual de 5% já era uma redução definida após negociações nesta terça-feira antes da aprovação do parecer do relator na CMO. Inicialmente, o texto do parlamentar previa o corte de 10% nessas despesas. Para o parlamentar, o dispositivo era “pedagógico” e “iniciaria um processo de conscientização do setor público”.

Benefícios fiscais

O texto da LDO prevê a redução de 10% dos benefícios fiscais – como renúncias de impostos – no próximo ano. Atualmente, esses benefícios correspondem a 4% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país), somando cerca de

R\$ 300 bilhões.

Segundo Beber, a introdução do dispositivo que obrigará os benefícios fiscais a serem revistos periodicamente e reduzidos em 10% em 2019 e em 50% nos próximos dez anos, teve o objetivo de racionalizar os gastos do governo num cenário de escassez de recursos.

“Esses mais de R\$ 300 bilhões de renúncias fiscais passarão a ser revistos periodicamente. Em primeiro lugar, para saber se eles estão dando o retorno que acenaram quando foram instituídos”, acrescentou o senador.

Déficit primário

A LDO orienta a elaboração do Orçamento do ano seguinte com parâmetros econômicos e lista de ações prioritárias para o

governo. O texto aprovado manteve a meta de déficit primário (resultado negativo nas contas do governo sem o pagamento dos juros da dívida pública) em R\$ 132 bilhões (1,75% do PIB) para União, estados, municípios e estatais. Desse total, a União terá meta de déficit de R\$ 139 bilhões; as estatais federais (desconsiderando os grupos Petrobras e Eletrobras), déficit de R\$ 3,5 bilhões.

Para este ano, a LDO estima déficit primário de R\$ 161,3 bilhões para União, estados, municípios e estatais, dos quais R\$ 159 bilhões negativos correspondem somente ao governo federal.

Regra de ouro

Em relação a regra de ouro, que estabelece que

o governo não pode emitir dívida pública para financiar gastos correntes (como custeio, Previdência e salários do funcionalismo), o relator manteve o dispositivo da LDO que autoriza o governo a enviar ao Congresso um projeto de crédito extraordinário para autorizar a emissão de títulos em caso de descumprimento da regra.

A Constituição dá prerrogativa ao governo de pedir o crédito extra, que precisa ser aprovado por maioria absoluta. No entanto, o relator incluiu a obrigação de o governo indicar os gastos a serem financiados pelas novas dívidas, que serão discriminados em uma rubrica específica e acompanhados pelo Tribunal de Contas da União.

RENOVAÇÃO

Fazenda renova convênios com mais 11 municípios

A renovação de convênios de cooperação entre a Secretaria da Fazenda e 11 municípios do interior foi publicada na quinta-feira (12), no Diário Oficial do

Estado (DOE).

Os convênios têm duração de 60 meses e permitem a troca de informações e de apoio logístico entre a Pasta e o município para o

aumento das arrecadações, além de melhorar o atendimento ao contribuinte nas agendas fazendárias.

Dessa vez, os convênios foram firmados com

as prefeituras de Abadia de Goiás, Alexânia, Avellanópolis, Bonópolis, Cabeceiras, Cachoeira Dourada, Diorama, Indiara, Itarumã, Panamá e Santo

Antônio da Barra.

O convênio não prevê o repasse de recursos financeiros entre as partes e é firmado há tempos com praticamente todos

os municípios goianos. A renovação ocorre a cada cinco anos e o prazo inicial começa a partir da publicação do extrato na imprensa oficial.

OBRAS

Estudo da CNI mostra que 2,7 mil obras estão paradas no Brasil

Entre as principais razões para a interrupção de obras, figuram problemas técnicos, abandono pelas empresas e dificuldades orçamentárias e financeiras

O estudo “Grandes obras paradas: como enfrentar o problema?”, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta que 2.796 obras estão paralisadas no Brasil, sendo que 517 (18,5%) são do setor de infraestrutura.

A área de saneamento básico tem 447 empreendimentos interrompidos durante a fase de execução. Na sequência, aparecem obras de rodovias (30), aeroportos (16), mobilidade urbana (8), portos (6), ferrovias (5) e hidrovias (5). A CNI informou que obteve os dados com o Ministério do Planejamento.

“Além de investir pouco em infraestrutura – apenas 2% do Produto Interno Bruto (PIB) –, o Brasil joga no ralo um volume significativo dos recursos aportados no setor, em razão do excesso de obras que são interrompidas antes

da entrega. As paralisações consomem recursos sem gerar benefícios para a sociedade e são, em geral, consequência de falhas na forma como o setor público executa seus projetos”, diz a CNI.

Entre as principais razões para a interrupção de obras, figuram problemas técnicos, abandono pelas empresas e dificuldades orçamentárias e financeiras. O trabalho integra uma série de 43 documentos sobre temas estratégicos que a CNI entregou aos candidatos à Presidência da República.

Medidas

A CNI recomenda seis medidas para que o país evite paralisações e atrasos: melhorar o macroplanejamento, avaliar qual modalidade de execução é a mais adequada; realizar microplanejamento eficiente; apa-



Fotos Públicas

relhar melhor as equipes; desenhar contratos mais equilibrados; e fortalecer o controle interno.

“É recorrente o problema da paralisação de obras. O país parece incapaz de aprender com todos os levantamentos, perdas e conflitos que esse processo gera”, afirmou, em nota, o diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes. “Por mais

urgente que seja encontrar soluções para as obras paradas, também é preciso atenção com programas e metas direcionados à não repetição dos mesmos erros no futuro”.

Crise econômica

Segundo a CNI, a crise econômica no país gerou a necessidade de contenção de gastos e levou o governo federal a paralisar

importantes projetos de infraestrutura. “Ainda que mais evidente no caso da União, esse processo de deterioração fiscal e contração de investimentos também afetou projetos de estados e municípios, que acabaram por cortar investimentos, também provocando a paralisação de obras de infraestrutura”, diz a confederação.

No entanto, segundo

a CNI, a crise econômica e fiscal não foi o único motivo para tantas obras paradas e não é uma situação nova no país. “Um obstáculo importante ao desenvolvimento da infraestrutura nacional é a difícil interação entre os gestores públicos, responsáveis por fazer os projetos virarem realidade, e os órgãos de controle”, destaca o estudo.

LEILÃO

BNDES suspende leilão de distribuidoras da Eletrobras

A Comissão Especial de Licitação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) emitiu um comunicado relevante informando que suspendeu, sem prazo determinado, o edital de leilão de seis distribuidoras da Eletrobras, previsto para o dia 26 de julho. De acordo com o BNDES, a informação foi divulgada em consequência da decisão, divulgada na quinta-feira (12), da juíza Maria do Carmo Freitas Ribeiro, da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Ainda no comunicado, o BNDES afirmou “que os órgãos competentes

estão avaliando os recursos legalmente cabíveis” contra a decisão. O banco acrescentou que tão logo haja a autorização legal para continuidade do processo, será divulgado novo cronograma conforme está previsto no edital.

Decisão

A decisão da magistrada foi em resposta a uma ação da Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL) para suspender o processo licitatório, em especial, a fase de entrega de documentos pelos proponentes para habilitação no certame. Na alegação, a

AEEL indica que ainda não ocorreu a deliberação final do poder legislativo de autorização para a venda das distribuidoras, o que representa a nulidade do edital. A juíza declarou que diante do exposto, resolveu deferir a tutela de urgência para suspender o processo licitatório.

As distribuidoras que estão no processo são a Companhia Boa Vista Energia S.A., a Companhia Energética de Alagoas, a Companhia Energética do Piauí, a Centrais Elétricas de Rondônia S.A., a Companhia de Eletricidade do Acre S.A. e a Amazonas Distribuidora de Energia.



Divulgação

VACINAS

Mais de 364 mil crianças devem ser vacinadas em Goiás

Devem ser imunizadas crianças de 1 até 4 anos, 11 meses e 29 dias contra pólio e sarampo

Até o dia 20 próximo, Goiás vai receber do Ministério da Saúde 455.900 doses de vacina contra pólio (paralisia infantil) e 437.600 da tríplice viral (caxumba, rubéola e sarampo) por meio da Secretaria da Saúde. As vacinas serão usadas na Campanha de Vacinação contra a Poliomielite e o Sarampo, em todo o País, no período de 6 a 31 de agosto.

O Dia D – de divulgação e mobilização nacional – está agendado para 18 de agosto. A estratégia

é elevar a cobertura vacinal contra a poliomielite nos municípios, bem como vacinar os menores de 5 anos contra o sarampo e a rubéola.

A população alvo desta ação é composta por crianças de 1 ano até 4 anos, 11 meses e 29 dias, correspondendo 364.626 em todo o Estado. A meta mínima a ser alcançada corresponde a 95% de cobertura vacinal contra poliomielite e sarampo. É imprescindível que os pais ou responsáveis levem, junto

com as crianças, a cadernetinha de vacinação para avaliação e registro.

Dados da Secretaria da Saúde revelam que a cobertura vacinal contra caxumba, rubéola e sarampo – doenças protegidas pela vacina Tríplice Viral – caiu de 108,94%, em 2008, para 68,2% neste ano em Goiás. Já a cobertura vacinal conta a poliomielite, doença conhecida como paralisia infantil, despencou nos últimos dez anos de 104,18% para 57,75%.

As duas doenças haviam sido erradicadas no



Divulgação

Brasil e a ocorrência, este ano, de surto de sarampo em Roraima, Amazonas, Rio Grande do Sul e São

Paulo, e o isolamento de um vírus da pólio (derivado vacinal tipo 3) em uma criança não vacinada con-

tra a poliomielite na Venezuela, país de divisa com o Brasil, preocupam as autoridades de saúde.

RECICLAGEM

Polo Industrial de Reciclagem é criado em Goiânia

Uma lei sancionada pelo prefeito de Goiânia, Iris Rezende, instituiu na quinta-feira (12), o Polo Industrial do Ramo de Reciclagem de Resíduos Sólidos e da Construção Civil e de Lavanderias Industriais e Hospitalares da capital. O evento ocorreu no Paço Municipal e contou com a presença de auxiliares e empresários do segmento.

Na ocasião, Iris Rezende falou sobre a importância do projeto, que permite a partir de agora

a concentração, em uma mesma área, de empresas relacionadas à reciclagem de resíduos sólidos da construção civil. “O país tem experimentando novas tecnologias na área do reaproveitamento de resíduos e de reciclagem do lixo gerado nas grandes cidades e essa lei representa um mecanismo importante para atrair investimentos e reforçar a responsabilidade da gestão municipal com relação às questões que envolvem

a preservação do meio ambiente”, disse.

Por sua vez, o titular da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (Seplanh), Henrique Alves, explicou que a nova legislação permitirá o desenvolvimento de atividades econômicas correlatas ao Aterro Sanitário. “Estamos criando um empreendimento com áreas destinadas às empresas de lavanderias e reciclagem de resíduos sólidos”, disse, esclarecendo, em seguida,

que o polo viabilizará ainda a instalação de um sistema de aproveitamento energético do biogás produzido no Aterro Sanitário.

Presente no evento, o engenheiro ambiental e proprietário da RNV Resíduos, Nelson Siqueira Neto, afirmou que a lei oportuniza a instalação de empresas de reciclagem em Goiânia, contribui para a geração de emprego e garante a destinação correta de resíduos da construção civil. “Os resíduos espalha-

dos pela cidade poderão agora ser reciclados em usinas e transformados em areia que podem retornar para as próprias obras da prefeitura”, pontuou.

O polo também uma das etapas de recuperação do Aterro de Goiânia, que passará também pela relocação da rede de alta tensão elétrica para o entorno, sobre o eixo do sistema viário. Essas ações permitirão a recuperação e a ampliação do aterro, o que garantirá a devida pro-

teção do solo e das águas superficiais e subterrâneas.

A lei, de autoria do Poder Executivo e aprovada em junho pela Câmara de Goiânia, é fruto de uma parceria realizada entre a Prefeitura de Goiânia, por meio da Seplanh, com representantes dos segmentos. O projeto contou também com a participação técnica da Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma) e da Companhia Municipal de Urbanização (Comurg).

LUKE CAR
Acessórios

**ALARMES E
SEGURANÇA**



**FARÓIS, LANTERNA
E ILUMINAÇÃO**

Av. Goiás, Nº 5373 - Qd. 67 - Lt. 24
Setor Urias Magalhães - Goiânia-GO

**PROMOÇÃO
APLICAÇÃO DE
INSULFILM PROFISSIONAL**

Window blue®
Window premium®

**3091-2700
99862-7856**

www.lukecar.com.br

**Sensor de
Estacionamento
Vitrificação
de pintura**



DATA VENIA

MARCOS VINÍCIUS RABELO

MVGRABELO@HOTMAIL.COM

Fotos: Divulgação



CONTRATO DE TRABALHO ILÍCITO

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho declarou nulo o contrato de emprego firmado entre uma cambista e a Monte Carlo Loterias Online, banca de jogo do bicho de

Jaboatão dos Guararapes (PE). A decisão segue o entendimento do TST de que a ilicitude do objeto do contrato afasta o requisito de validade para a formação do ato jurídico. O relator do recurso foi desembargador convocado Ubirajara Carlos Mendes

FALHA NA INFORMAÇÃO DO CURSO OFERECIDO

O juiz Leonardo Aprígio Chaves, da 16ª Vara Cível e Ambiental da comarca de Goiânia, condenou a Pontifícia Universidade Católica de Goiás a indenizar, no valor de R\$ 15 mil, uma estudante de educação física, por danos morais. A mulher afirma ter sido vítima de um anúncio enganoso divulgado no site da instituição, que garantia que ela poderia atuar como personal trainer após se graduar no curso oferecido.

INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 132 DA CF

OSTF julgou procedentes Ações Diretas de Inconstitucionalidade para afastar o exercício de representação judicial e a assessoria jurídica por outros profissionais que não os procuradores do Estado. Para o presidente da Apeg as recentes decisões sedimentam a posição do Judiciário com relação à interpretação do artigo 132 da Constituição da República.

PROGRAMA MEDIDA CERTA

Estão abertas as inscrições para a segunda edição do programa Medida

Certa, da OABPrev GO/TO, que tem por objetivo auxiliar os participantes selecionados na redução de peso e medida, por meio de mudanças de hábitos e alimentação mais saudável. Para participar da ação, é obrigatório ser associado da OABPrevGO/TO e fazer a inscrição, pelo site da entidade, até o próximo dia 20 de julho.

SELEÇÃO PARA VAGA DE ASSESSOR NA PROMOTORIA DE GOIANDIRA

A Promotoria de Justiça de Goiandira comunica que foi aberta seleção para uma vaga de assessor jurídico, com jornada de trabalho de 40 horas semanais e remuneração de R\$ 6.582,94. Os candidatos devem ser bacharéis em Direito e encaminhar currículo completo ao email 1goiandira@mpgo.mp.br até o dia 20 de julho.

INFORMATIVO TJ/GO

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás informa que sessão de julgamento da sessão ordinária da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Goiás prevista para o dia 25 de julho foi remarcada para o dia 23 de julho às 13 horas.

INFRAESTRUTURA

Comurg restaura iluminação da Avenida Goiás

Após registro de furtos de todo circuito que sustenta as luminárias na Avenida Goiás, no trecho entre as Avenidas Anhanguera e Independência, a Prefeitura de Goiânia iniciou a reposição de todo cabeamento da iluminação da via.

Até o momento, cerca de 800 metros de cabos de milímetros diferentes foram utilizados para restabelecer a luminosidade. O trabalho de cabeamento subterrâneo é feito por cinco servidores da Companhia de Urbanização de Goiânia. Além disso, um novo sistema de travamento entre caixas de passagens foi implantado para tentar dificultar novos furtos.

De acordo com o presidente da Comurg, Aristóteles de Paula Sobrinho, esse já é o quarto caso recente de furtos a fiação elétrica

registrado nesse semestre. Recentemente, a Comurg utilizou 5.260 metros de cabos, novos reatores e lâmpadas para restabelecer a iluminação da Rua do Lazer, como é conhecido o trecho da Rua 8, entre a Anhanguera e a Rua 3, no Centro.

Os dois viadutos da Avenida 85 também foram alvos de vandalismo no início deste ano. No Latif Sebba, no cruzamento das Avenidas 85, D e Rua 87, foram utilizados 880 metros de cabos de diversas bitolas. Já na torre João Alves de Queiroz, na T-63 com Av.85, foram utilizados 1.240 metros de cabos de diversas bitolas.

Além da mão de obra e traslado dos servidores, esses atos causam um prejuízo de aproximadamente R\$ 22 mil aos cofres do

município. "O município tem feito um trabalho de infraestrutura e urbanização nas áreas de lazer e turísticas da Capital, porém atos de vandalismo e depredação do patrimônio público são constantes. Por isso, é importante que o cidadão tenha consciência e ajude a zelar pelo bem público", completou o presidente.

Denúncia

Caso haja alguma anormalidade nos espaços públicos ou mesmo um flagrante de vandalismo, o cidadão pode ligar para a Guarda Civil Metropolitana, por meio do número 156, e fazer sua denúncia. Os agentes da Guarda vão até o local e encaminha o infrator para as autoridades competentes tomar as devidas providências.



Prefeitura de Goiânia



RETRATOS

RAFAEL VILELA

COLUNARETRATOS2017@GMAIL.COM

COLÔNIA DE FÉRIAS

1

Não sabe mais o que fazer para que seu filho curta as férias longe das telas do celular, tablet, computador e videogame e se divirta a valer, faça exercícios, gaste energia e interaja com outras crianças num clima de muita festa e segurança? Então, o lugar certo é a Colônia de Férias do Clube de Engenharia de Goiás (Ceng), localizado no Setor Sul, divisa com o Setor Marista, em Goiânia. A colônia, que acontece todo mês de julho, é repleta de brincadeiras, atividades aquáticas, gincana, circuitos, brinquedos infláveis e, neste ano, a uma festa à fantasia para encerrar as atividades em grande estilo.

ALDEIA

Promover o intercâmbio de linguagens artísticas com uma programação de qualidade e acessível à população é o objetivo da Aldeia Sesc de Arte, que acontece entre os dias 21 e 28 de julho, em diferentes espaços de Goiânia. A iniciativa do Sesc Goiás tem o compromisso de trazer os melhores espetáculos, shows, cursos, oficinas, intervenções artísticas, escambo das letras, entre outras atividades. Tudo isso a preços acessíveis ou mesmo gratuitamente, com atrações locais e nacionais.

FOOD GARDEN

A programação do Food Garden, que acontece no Flamboyant Shopping, entre os dias 16 e 19 de julho, tem entrada franca e além de variedade em gastronomia, o público poderá conferir diversos conteúdos. No casting de palestrantes estão confirmados o Chef Lalo Zanini, da Tartuferia San Paolo, abordando a tendência das trufas no mercado brasileiro, o Chef Ferdynan da Hora falará sobre a história e origem das carnes do Restaurante Pobre Juan e Juliana Quintiliano, da consagrada Tea Shop irá explicar as diferenças entre chás e infusão. Também estão previstas aulas-show comandadas pelos chefs Mariana Rodrigues, Murilo Neves e William Carvalho, todos do Instituto Gastronômico das Américas (IGA).

PASSAPORTE

O Shopping Flamboyant é o novo ponto de vendas do passaporte vitalício do Dream Park, o maior parque aquático em construção do Brasil. Erguido às margens da BR-153, no município de Hidrolândia, a 35 km de Goiânia, o complexo de lazer tem uma total de 109 mil m², dos quais 57 mil m² de área construída e dispõe de uma estrutura de lazer e diversão comparáveis às dos maiores parques aquáticos do mundo. O Dream Park também dispõe de espaços para cada faixa etária com uma atração voltada para cada interesse. As últimas unidades do passaporte vitalício estão disponíveis, além de no Shopping Flamboyant Piso 2, também nos quiosques dos shoppings Passeio das Águas, Buriti Shopping, Aparecida Shopping e na loja da Avenida 85, nº 286 – Setor Oeste.



Divulgação

DVD - A dupla Cleiton & Camargo está de volta para gravar seu novo DVD em homenagem a Zezé Di Camargo & Luciano com show no dia 21, no Deu Praia.

2



Divulgação

Consultórios - O médico Dr. Edilson Carvalho Ramos receberá convidados em coquetel no Med Plastic Hospital, lançando os novos consultórios da sede da Rua T-38 nº 106 - St. Bueno.

3



Arquivo Pessoal

Viagem - A empresária de moda Lorena Darrot está em viagem com a família pelo sudeste da França, onde pode conhecer os belos campos de lavanda espalhados pela região.

4



Divulgação

Atletas - Marcela Giantomassi, a Tsunami, e Adercino de Jesus, o Marmita, mantém ritmo intenso de treinos. Os dois atletas patrocinados pela Fast Açaí se preparam para disputas de jiu jitsu e MMA no Rio de Janeiro.

3X4

■ “Thriller”, um dos discos de maior sucesso de Michael Jackson, ultrapassou 1 bilhão de streams no Spotify. O álbum é o único da década de 1980 a atingir essa marca na plataforma.

■ A Entertainment Weekly

divulgou, uma nova imagem do filme “Aquaman”, em que podemos ver o ator Djimon Hounsou caracterizado como o Fisherman King.

■ MØ lançou mais uma parceria com Diplo. A faixa da vez se chama

“Sun In Our Eyes” e é o primeiro single do novo álbum da cantora.

■ Em entrevista à radio 101 WRIF, Amy Lee confirmou que o próximo disco do Evanescence vai acontecer, mas que agora estão focados na turnê do disco ‘Synthesis’.

AÇO

Exportações de aço do Brasil para os Estados Unidos sobem após tarifa

Vendas de aço para os EUA aumentaram tanto em valor quanto em volume

No primeiro mês após a introdução da tarifa de 25% pelo governo do presidente Donald Trump sobre o aço importado pelos Estados Unidos, as siderúrgicas brasileiras aumentaram as vendas do produto para o país. Em junho, as exportações de aço do Brasil para o mercado norte-americano somaram US\$ 548,6 milhões, quase o triplo em relação a junho de 2017 (US\$ 210,8 milhões).

Em volume de embarques, a exportação também aumentou: de 386,9 mil toneladas em junho de 2017 para 885,2 mil no mês passado. Os números foram divulgados na quinta-feira (12) pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que detalhou as vendas do

produto para o mercado norte-americano.

Um dos fatores que explicam o aumento das exportações de aço foi o fim da greve dos caminhoneiros. Por causa da paralisação, as vendas do produto para os Estados Unidos caíram para US\$ 110,8 milhões em maio. Em junho, os embarques se recompuseram, com as siderúrgicas desovando a produção não exportada nos cerca de dez dias de greve.

Medidas restritivas

Outro fator que pode ter ajudado a elevar as vendas de aço foi a exclusão do Brasil da sobretaxação. Depois de negociações, o governo norte-americano concordou em excluir o aço brasileiro, argentino



Divulgação

e sul-coreano da tarifa de 25% mediante a imposição de cotas de exportação. No caso do Brasil, o limite para o aço semiacabado (como blocos e

placas), usados como insumo por siderúrgicas norte-americanas, equivalerá a 100% da média exportada de 2015 a 2017.

Para os produtos aca-

bados (aços longos, placas, inoxidáveis e tubos), a cota corresponderá a 70% desse montante. Os limites entraram em vigor em 1º de junho. Enquanto as

cotas de exportação para 2018 não são atingidas, o Brasil beneficia-se da ausência de taxa e do alto preço do aço no mercado internacional.

REFÚGIO

Mais de 24 mil venezuelanos pediram refúgio no Brasil este ano

Até junho deste ano 24.356 venezuelanos pediram refúgio no Brasil segundo dados do Ministério da Justiça, o que representa um crescimento de 26,6% em relação ao ano anterior. Apenas em Roraima, principal acesso dessa população ao país, foram registrados 18.374 pedidos de refúgio no primeiro semestre deste ano, número maior do que o total de pedidos em todo o país registrados em 2017, um total de 17.865.

O segundo estado que recebeu o maior número de pedidos de refúgio de venezuelanos no primeiro semestre deste ano foi o Amazonas com 4.918 pedidos, seguido por São Paulo (287), Ceará (226) e Rio de Janeiro (91).

A região Norte do país é a que concentra o maior número de pedidos com 23.428, seguida por Sudeste (407), Nordeste (267), Sul (153) e Centro Oeste (101).

Até julho de 2017, estimava-se que havia cerca 30 mil venezuelanos no Brasil em situações migratórias diversas ou em situação irregular. O número de pedidos de refúgio no Brasil começou a aumentar em 2013, com 43 pedidos, e tem crescido anualmente. Em 2014 foram 201 pedidos, em 2015 foram 822 e em 2016 foram 3.375.

Haitianos

A segunda população com maior número de pedidos de refúgio no Brasil no primeiro semestre deste ano é a haitiana



Fotospublicas

com 2.484 pedidos, número maior que o total de pedidos realizados em 2017, um total de 2.362. A migração vinda deste país onde o Brasil manteve uma missão de paz por treze anos, encerrada em

outubro do ano passado atingiu seu ápice em 2014 com 16.779 pedidos de refúgio. Nos anos seguintes houve uma diminuição desses pedidos, com 14.465 em 2015 e apenas 646 em 2016, mas voltou

a crescer em 2017.

O maior número de pedidos de refúgio por parte dos haitianos no Brasil no primeiro semestre deste ano foi registrado em São Paulo com 863 pedidos, seguido por Santa Cata-

rina (578), Rio Grande do Sul (281), Paraná (246) e Amazonas (153). A região Sul concentrou o maior número de pedidos com 1105, seguida por Norte (391), Sudeste (785) e Centro Oeste (202).

VEÍCULOS

IMÓVEIS

NEGÓCIOS

EMPREGOS

SERVIÇOS

PUBLICIDADE LEGAL

CARROS

99128-6147

UNO WAY 1.0 BRANCO 2014 COMPLETO 4 PORTAS ÚNICO DONO ACEITO TROCA E FINANCIAMENTO WHATSAPP:(62)9-8438-7649

S10 LTZ FLEX PRETA 2012 ÚNICO DONO ACEITO TROCA E FINANCIAMENTO WHATSAPP:(62)9-8438-7649

ADQUIRA O SEU CARRO NOVO OU SEMI NOVO com parcelas que cabem no seu bolso. Faça uma simulação sem compromisso. Créditos com parcelas a partir de 309,38 R\$. Crédito Para Novo 25.732,39. Entrada + Parcelas de 422,26. Crédito para Semi Novo 20.138,40 R\$. Entrada 529,00 + Parcelas de 327,60 R\$. Ligue e agende uma visita ! WhatsApp : (062) 98108-1508. Consultora de Vendas: Evanilde Fernandes

SISTEMA DE CONSÓRCIO - ÔNIX 2015 - Entrada + Prestação de 518,00. Consultor de vendas : Marcos Vieira. WhatsApp : (062) 99128-6147

Vendas: Valéria Rocha.

STRADA CS 1.4 PRATA 2010 COMPLETA ACEITO TROCA E FINANCIAMENTO WHATSAPP:(62)9-8438-7649

DODGE RAM 2500 PRATA 2008 CABINE DUPLA ACEITO TROCA E FINANCIAMENTO WHATSAPP:(62)9-8438-7649

PEUGEOT 206 VERMELHO 2003 COMPLETO 2 PORTAS 1.0 SOLEIL R\$8.800,00 WHATSAPP:(62)9-8438-7649

MOTOS

CREDITO PARA MOTO BIZ. (062) 99259-4025.

CREDITO PARA MOTOS CG 160 TITAN Ex 11.188,00 R\$. Entrada 352,99 + parcelas de 241,11 mensais. Não perca mais tempo e adquira sua moto através do consórcio cical!! Mais informações: Tel/Whatsapp : (062) 985509156. Consultora de vendas: Ana Paula Pimentel.



Consórcio Cical

Sonhe alto, com preços baixos.



Com apenas **R\$7,00** por dia você pode conquistar o seu veículo **sem pagar juros!**

62 3607-7332

62 9 8269-1933

www.consorcioicical.com.br

CRÉDITO PARA IMÓVEL URBANO E RURAL

CRÉDITO	PARCELA
R\$ 70.000,00	R\$ 514,78
R\$ 90.000,00	R\$ 661,87
R\$ 130.000,00	R\$ 953,03
R\$ 220.000,00	R\$ 1.617,89
R\$ 500.000,00	R\$ 2.436,00

Capital de giro sem consultar SERASA e SPC

Comprar, reformar, construir e quitação de imóvel

062 **3645-0600**

062 **99110-0606**

062 **99399-6590**



Oportunidade de estudar não tem que ficar na imaginação

Mais de 50% das crianças do 3º ano do ensino fundamental nem sempre entendem o que leem. Ajude a mudar essa situação. Colabore: lbv.org/nota10

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

LBN

JUSTIÇA

Anistia critica “ineficácia” de autoridades no caso Marielle

Marielle e Anderson foram assassinados em 14 de março no Estácio, na região central do Rio de Janeiro

Na semana em que o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes completa quatro meses, a Anistia Internacional no Brasil divulgou na quinta-feira (12) um comunicado em que critica as instituições do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro por ainda não terem chegado a uma solução para os crimes.

“Após quatro meses, a não resolução do assassinato de Marielle Franco demonstra ineficácia, incompetência e falta de vontade das instituições do Sistema de Justiça Criminal brasileiro em resolver o caso. É urgente o estabelecimento de um mecanismo externo e independente para monitorar essa investigação”, afirmou Jurema Werneck, diretora executiva da Anistia Internacional, que também pediu que as autoridades quebrem o silêncio e voltem a se comprometer publicamente a encontrar os responsáveis pelos assassinatos.

“A não solução do caso demonstra de forma inconteste a falta de compromisso do Estado brasileiro com seus defensores e defensoras de direitos humanos”, disse.

Marielle e Anderson foram assassinados em 14 de março no Estácio, na região central do Rio de Janeiro. Os assassinos dispararam tiros de um carro que seguia a vereadora.

A coordenadora de pesquisa da Anistia Internacional, Renata Neder, defendeu hoje que a falta de solução do caso e a possibilidade de envolvimento de agentes do Estado apontam a necessidade de se criar um mecanismo independente de acompanhamento das investigações. Quem participaria desse órgão e como se daria a sua criação são pontos que ainda é necessário discutir, ponderou ela.

“É importante para garantir que as investigações andem de forma célere, não sofram com interferências indevidas e que todas as diligências sejam feitas”, disse



Anistia Internacional critica “ineficácia” de autoridades no caso da vereadora Marielle Franco. Na foto, a coordenadora de pesquisa da Anistia Internacional Brasil, Renata Neder

ela, que explicou que esse órgão externo não faria uma investigação paralela, mas apenas verificaria se os procedimentos corretos estão sendo cumpridos.

Quando o crime completou três meses, a Anistia cobrou que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro destacasse membros de seus grupos especializados para acompanhar o trabalho da Polícia Civil, que toca as investigações em sigilo. Segundo Renata, o MP não atendeu essa reivindicação e explicou que

cinco promotores já estavam reforçando o trabalho do promotor responsável pelo caso.

Pais de Marielle

Os pais de Marielle Franco estiveram na sede da Anistia Internacional na manhã de hoje para reforçar a cobrança por uma investigação mais célere e transparente. Marinete da Silva disse que já não recebe notícias das autoridades fluminenses há mais de um mês.

“É bem ruim pra gente

esse silêncio. É um sentimento de que se está chegando a um ponto de impunidade”, disse ela, que afirmou que ainda confia no trabalho da Polícia e nas condições que ela tem de chegar a uma solução. “Eu preciso acreditar”, desabafou.

Antônio Francisco da Silva, pai de Marielle também criticou as autoridades e disse que nenhuma se prontifica a falar com a família. Ele também disse ter confiança de que a Polícia pode chegar aos criminosos e man-

dantes do crime e afirmou que não apenas a família, mas a sociedade brasileira e a comunidade internacional também esperam que a justiça seja feita.

“Todo dia quando eu acordo eu faço essa pergunta: O que minha filha fez, o que ela falou, para que tirassem a vida dela brutal e covardemente como foi?”

Procurada, a Secretaria Estadual de Segurança Pública afirmou em nota que não vai se posicionar sobre o caso, porque ele segue em sigilo.

IMUNIZAÇÃO

Mais de 6 milhões de pessoas ainda não se vacinaram contra gripe

Mais de 6 milhões de pessoas que pertencem aos chamados grupos prioritários ainda não se vacinaram contra a gripe este ano. De acordo com o Ministério da Saúde, gestantes e crianças foram os que menos procuraram as salas de imunização, com cobertura de 76,4% e 73,6%, respectivamente. Ao todo, 493.710 grávidas e 3,3 milhões de crianças com idade entre 6 meses e 5 anos ainda não

receberam a dose.

Segundo o último boletim epidemiológico da pasta, 50,4 milhões de pessoas foram imunizadas. Desse total, 20,2 milhões são idosos; 4,4 milhões, trabalhadores da saúde; 2,2 milhões, professores; 358,9 mil, puérperas (até 40 dias de pós-parto) e 643,3 mil, indígenas. Conforme o balanço, em todos esses grupos, atingiu-se a meta de vacinação, fixada pela Orga-

nização Mundial da Saúde (OMS) em 90%.

Desde o dia 25 de junho, os municípios que ainda tinham doses da vacina contra a gripe disponíveis estenderam a imunização também para crianças de 5 a 9 anos e para adultos de 50 a 59 anos, conforme recomendação do governo federal. Nesses dois grupos, já foram aplicadas 997.182 doses, sendo 411.474 em crianças e 585.708 em adultos.

Regiões e estados

O Sudeste é a região com menor cobertura vacinal contra a gripe até o momento – 84%. Em seguida estão o Norte, com 85%; o Sul, com 90,3%; o Nordeste, com 94%; e o Centro-Oeste, com 99,1%.

Entre as unidades federativas, atingiram a meta de imunização Goiás (106,6%), Ceará (104%), Amapá (100%), Distrito Federal (97,3%), Espírito

Santo (96,5%), Pernambuco (95,3%), Tocantins (95,2%), Alagoas (94,1%), Minas Gerais (93,9%), Mato Grosso (93,7%), Maranhão (93,7%), Paraíba (92,8%), Rio Grande do Norte (92,3%), Sergipe (92%), Paraná (92%), Piauí (91,4%) e Mato Grosso do Sul (90,2%).

Os estados com cobertura vacinal mais baixa contra a gripe são Roraima, com 66,7%, e Rio de Janeiro,

com 75,6%.

Casos

Até o dia 6 deste mês, foram registrados 4.226 casos de influenza em todo o país, com 745 óbitos. Desse total, 2.538 casos e 495 óbitos foram por H1N1, além de 889 casos e 127 óbitos por H3N2. Além disso, há 317 registros de influenza B, com 44 óbitos e outras 482 notificações de influenza A não subtipado, com 79 óbitos.

TELECOMUNICAÇÃO

Anatel aprova regras para promover competição nas telecomunicações

Atualmente, o setor de telecomunicações conta com grandes empresas, como Oi e Telefônica na telefonia fixa e Vivo, Claro, TIM e Oi na telefonia celular

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou na quinta-feira (12) uma atualização do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). O documento contém uma série de regras e medidas para promover a concorrência nos mercados de telecomunicações. O plano que estava válido até então havia sido criado pela agência em 2012.

Atualmente, o setor de telecomunicações conta com grandes empresas, como Oi e Telefônica na telefonia fixa e Vivo, Claro, TIM e Oi na telefonia celular. O PGMC vai disciplinar esses mercados mas também a oferta no atacado, ou seja, nas grandes redes de tráfego por onde passam informações e dados dos serviços (a voz em uma ligação ou uma mensagem de e-mail).

A título de comparação, a infraestrutura de telecomunicação poderia ser vista como a malha viária do país. Há redes que atravessam o território (backbones), como as BRs. Já outras ligam essas aos municípios (backhauls), como as estradas estaduais. E dentro das cidades há diversas formas de fazer os dados ou a voz chegar à casa ou dispositivo do cidadão.

No caso da telefonia móvel, além das redes são usadas também as estações rádio-base, que fazem a conexão entre os telefones e as redes das operadoras, usando uma faixa de frequências no ar (chamada espectro eletromagnético).

Nessa arquitetura, pode haver barreiras à concorrência em diversos locais e momentos. Um dos riscos está no fato de no Brasil os mesmos detentores das redes oferecerem também os serviços. Como no caso da Oi, que tem redes de telefonia fixa, mas oferece telefonia fixa e móvel e acesso à internet; e da NET, controladora de redes de cabo e que provê TV paga, acesso à web e telefonia. Assim, podem dificultar o uso

de suas redes para prejudicar concorrentes. Daí a importância de regras que impeçam práticas como esta.

Soluções

O novo Plano aprovado pela Anatel traz soluções para possíveis problemas de competição a partir de um recorte geográfico, separando as cidades em quatro categorias diferentes. Na categoria 1 foram incluídos municípios com plena competição, para os quais não há necessidade de intervenção da agência, mas apenas garantir a transparência. A categoria 2 abrange cidades com mercados potencialmente competitivos, onde podem ser aplicadas medidas mínimas.

Na categoria 3, estão mercados pouco competitivos, para os quais a Anatel precisa implantar medidas mais robustas de modo a promover a competição. Já na categoria 4, estão mercados sem competição, onde há a necessidade de uma política pública de subsídio mais forte para possibilitar que pessoas acessem o serviço. Em cada uma destas categorias, portanto, a agência deve adotar medidas diferentes de acordo com as necessidades.

O conselheiro Leonardo Moraes destacou o tratamento diferenciado por cidade. "Não há um Brasil médio, é necessário certa modularidade regulatória para considerar as diferenças de infraestrutura. À medida em que as regras passam a considerar as peculiaridades regionais, a regulação avança", comentou.

Mercado significativo

Um segundo recorte adotado no Plano, mantido da versão anterior, é a regulação de empresas de acordo com o seu tamanho. Aquelas com maior participação são enquadradas como firmas

com "Poder de Mercado Significativo" (PMS), passando a estar submetidas a medidas específicas que não serão direcionadas a companhias menores.

No mercado de interconexão fixa (redes físicas onde se dá o tráfego de dados e voz), entrariam nesta categoria Oi, Claro e Telefônica. Este grupo estaria sujeito à oferta de serviços com transparência e controle de preços. Já no mercado de interconexão móvel, seriam classificadas como PMS as operadoras Oi, Claro, TIM e Vivo. Aí também deveria ser obedecida oferta com transparência, com controle de preços formas específicas de cobrança.

O novo Plano de Metas de Competição criou um novo mercado, denominado de "interconexão de dados de alta capacidade". Aí estariam as trocas de dados com as grandes redes, como os chamados backbones (as BRs, na analogia apresentada anteriormente). O título de PMS valeria para Oi, Claro, Algar, Telefônica e Copel. Neste mercado, haveria exigências de transparência nas cidades da categoria 2 (mercados potencialmente competitivos) e controle de preços nos municípios da categoria 3 (baixa competição). A definição das categorias será realizada pela agência em outro momento.

Pequenas operadoras

Outra novidade do Plano foi a criação do conceito de "Prestadores de Pequeno Porte". Elas são os provedores de acesso à Internet que não pertencem aos grandes grupos que detêm parti-

pação de no máximo 5% do mercado nacional no varejo. "É hora da Anatel ampliar a desregulamentação sobre estas operadoras", defendeu o conselheiro Aníbal Diniz.

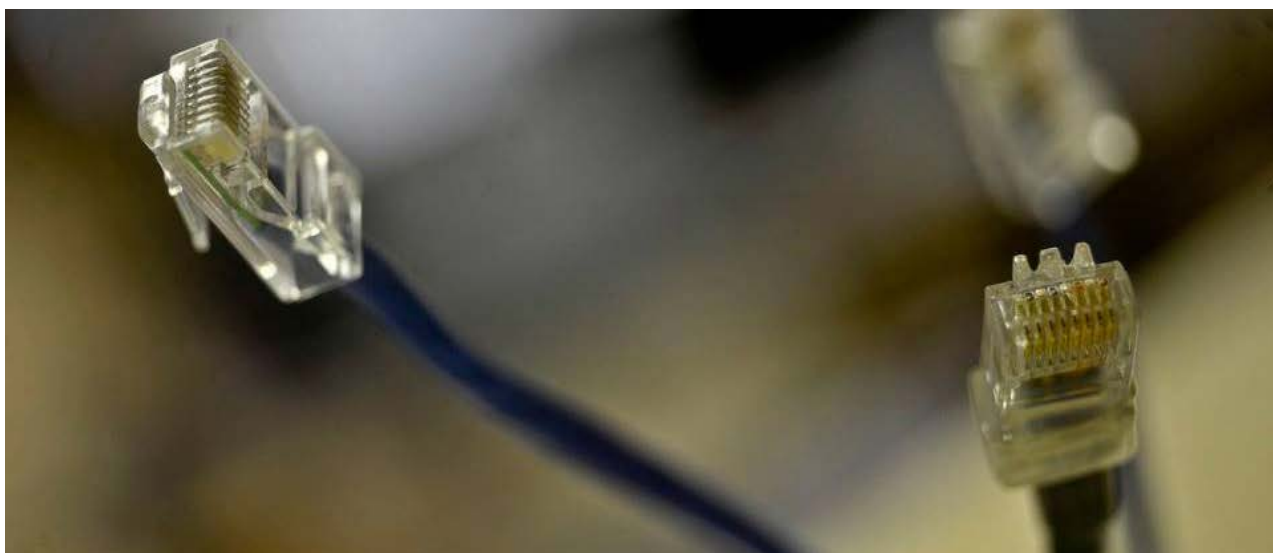
Limites

Na avaliação da integrante do Conselho de Defesa dos Usuários da Anatel Marina Pita, o setor tem grau importante de concentração e parte do problema está na dificul-

dade de compartilhamento de infraestrutura no atacado (as grandes redes). Por isso, o Poder Público, especialmente a Anatel, precisaria agir para garantir o uso das redes por outros provedores que não os seus proprietários, de modo a incentivar a competição e reduzir o preço do serviço.

"Um relatório de um dos conselheiros da Anatel aponta que há competição adequada no acesso à

banda larga em apenas 3% dos municípios brasileiros. Precisamos observar com cautela essa nova tentativa porque não resolve um dos problemas centrais hoje no Brasil: uma empresa com poder de mercado significativo nega acesso a sua rede, por variados motivos, apesar de ser obrigada pela regulamentação", defende Marina, que é autora de uma pesquisa sobre o tema.



MARCELLO CASAL JR/Agência Brasil

APARELHOS AUDITIVOS

Você conectado com o seu celular e TV e ainda ouvindo sua voz naturalmente!



Av. D, nº 178,
Setor Oeste,
Goiânia. GO.
62. 3215-1030
9 8596-6373



www.ohren.com.br
OhrenAparelhosAuditivosSiemens/

DISCIPLINA

Fifa informa que nenhum jogador foi flagrado no antidoping na Copa

Para essa Copa, todos os jogadores foram submetidos a exames surpresa antes da competição e também durante o Mundial, com testes feitos tanto em dias de jogos, como em dias de folga

A Fifa informou na quinta-feira (12) que nenhum jogador foi flagrado nos mais de 2 mil exames antidoping realizados na Copa do Mundo de 2018, na Rússia.

Em nota, os organizadores afirmam que o programa iniciado em janeiro deste ano foi o maior desenvolvido para o torneio, de acordo com a Agência Mundial Anti-doping (Wada).

A Fifa coletou com antecedência um grupo de amostras preliminares de mais de 1.500 jogadores que eram potenciais participantes do Mundial, em parceria com as organizações nacionais antido-

ping e as federações dos países, ampliando o controle sobre os atletas.

As provas foram complementadas com o pasaporte biológico dos jogadores. Especialistas contratados pela entidade revisaram os dados de todos os atletas para analisar possíveis desvios que pudessem indicar uso indevido de drogas para melhorar o rendimento.

Para essa Copa, todos os jogadores foram submetidos a exames surpresa antes da competição e também durante o Mundial, com testes feitos tanto em dias de jogos, como em dias de folga.



Fifa

Segundo os dados apresentados pela Fifa, desde janeiro deste ano foram feitos 2.037 testes com a ajuda das federações nacionais e das confederações, que produziram 3.985 amostras, sendo 1.928 de urina, 1.031 de sangue e 1.026 de soro.

Outras 2.761 amostras foram coletadas

diretamente pela entidade em testes surpresa, enquanto 626 foram feitas durante a Copa do Mundo. Destas, 108 foram coletadas em dia sem jogos.

Desta forma, cada jogador das quatro equipes que chegaram à fase final da Copa do Mundo teria sido testado, em média, 4,41 vezes desde

janeiro e, alguns deles, até em oito ocasiões.

Segundo o relatório da Fifa, em um dos testes foi encontrada uma substância atípica, mas o jogador possuía uma autorização de uso terapêutico. Foram detectadas outras três substâncias também atípicas em outros testes, mas que não carac-

terizavam doping.

O nome destas substâncias e dos jogadores testados não foram divulgados.

Todas as amostras foram analisadas por laboratórios credenciados pela Wada e a maioria, principalmente as coletadas durante a competição, foi levada para Lausanne, na Suíça.

INSPIRAÇÃO

Polícia europeia lança jogo inspirado na Copa para capturar fugitivos

O Europol, o Serviço Europeu de Polícia, com sede em Haia (Países Baixos), utilizou a criatividade para tentar capturar 25 criminosos que estão na lista dos mais perigosos da Europa. O sistema é um jogo interativo baseado na Copa do Mundo e foi lançado na quinta-feira (12). O objetivo é dar cartão vermelho aos fugitivos.

Para jogar, basta entrar nos endereços eletrônicos e seguir as regras. As orientações estão em inglês e há o alerta sobre a "Copa dos Mais Procurados da Europa". O objetivo é tornar público o rosto de cada um dos procurados e assim, colaborar para que sejam presos.

O jogo está disponível no Facebook e também em um portal com endereço eletrônico para entrar no sistema ou simplesmente acompanhar os desdobramentos. Os 25 vencedores receberão uma bolsa esportiva da Europol.

A página inicial do jogo pode ser acessada no endereço (www.eumostwanted.eu/crimeleague), enquanto as regras podem ser lidas em (www.eumostwanted.eu/crimeleague/rules). Os rostos dos procurados estão no endereço (www.eumostwanted.eu/).

Atraindo visitantes

Na página do jogo, a recomendação: "Não dei-

xe que eles ganhem! Não é uma honra jogar neste campeonato. Esses criminosos são procurados por crimes muito sérios, como assassinato, assalto a mão armada, fraude e tráfico de drogas".

Segundo a Europol, iniciativas interativas anteriores possibilitaram seis prisões, três realizadas durante a campanha do Natal de 2016, e as outras por meio de cartões postais de 2017.

"A experiência tem nos mostrado que um tom mais original é necessário para atrair visitantes ao website [dos mais procurados da Europol]", observou o porta-voz do Europol, Jan Op Gen Oorth.

"Manter um número alto de visitantes é importante para elevar as chances de colocar esses criminosos atrás das grades."

Mais procurados

Os cartões do jogo têm as fotos dos procurados, algumas em preto e branco, com os nomes e a nacionalidade. Ao clicar sobre a imagem, aparecem os crimes pelos quais são procurados, os idiomas que falam, a idade e a situação judicial em que se encontram – há os que não compareceram ao tribunal e outros que são fugitivos da cadeia.

Nesta parte do jogo, há a possibilidade de mudar o idioma para vá-

rias línguas, inclusive o português. Ao clicar sobre a imagem, em alguns casos, o procurado já foi capturado e está preso. Em outros, são oferecidas recompensas, que variam desde 5 mil euros a 1 milhão de euros.

Ao clicar, é possível ainda obter as informações sobre como transmitir dados a respeito do procurado.

Como funciona

De acordo com a regra, os jogadores vão desbloqueando as cartas dos criminosos por meio de códigos encontrados nas redes sociais. É um jogo de investigação em redes sociais das agências

europeias de aplicação da lei e da Europol. Quando o código é inserido, algumas cartas são desbloqueadas. O objetivo é completar a equipe de Criminosos Mais Procurados da Europa.

Conforme a estratégia da Europol, o jogador que participa do jogo vai se familiarizando com os rostos e os crimes de alguns dos fugitivos mais perigosos da Europa. Além disso, à medida que os resultados são compartilhados nas mídias sociais, os fugitivos ficam ainda mais visíveis para amigos e seguidores, aumentando as chances de uma denúncia para captura.